



**MINUTA DA ATA N.º 71/XIII-4.º/2021-25**

**1 - Aos vinte cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H15, nas instalações da Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luis Gomes, na Freguesia de Laranjeiro, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:**

**1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;**

**2 – Período de Antes da Ordem do Dia:**

**2.1 – Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2025 – apresentação pelo Porta-Voz da AMJA.**

**3 – Período da Ordem do Dia:**

**3.1 – Eleição de Cidadão/ã para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;**

**3.2 – Relatórios de Comissões:**

**3.2.1 – Relatório da reunião da 5ª Comissão Permanente com o Conselho de Administração da ULS Almada – Seixal;**

**3.2.2 – Relatório da Reunião da 6ª Comissão Permanente com o Conselho de Administração da Trastejo/Soflusa;**

**3.2.3 – Relatório da Comissão Eventual para o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2º Torrão;**

**3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2024”;**

**3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da primeira alteração e revisão do RUMA”;**

**3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reparação Rede Abastecimento de Água; DREN Águas Residuais e Pluviais, Edif. Habit. Social, R. Luís de Camões Bloco B e C, Laranjeiro – Aprov decisão contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças de proc., Júri, Gestor Contrato”;**

**3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN0032982025, para Locação de licenciamento e manutenção de software Microsoft”;**

**3.7 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.**

**2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.**

**3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.**

**4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:**

**4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Sérgio Faria de Bastos (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.**

**4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS), José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Catarina Isabel Garcia Paulino (PS), Filipe Alexandre das Neves Passos (PS) por impedimento de Alexandra Cláudia Vasco Serra (PS) e Ana Cláudia Dias Ribeiro (PS); António Paulo Júnior (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU),**



António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU), Fernanda Balbina de Oliveira Duarte Leitão (CDU) por impedimento de Augusto Máximo Flor (CDU) e Mário Bruno da Silva Ferreira Pinheiro Magalhães (CDU).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Pacheco (PS); A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Jorge Pita (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registaram-se as faltas justificadas das Senhoras Deputadas Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN) e Inês Pezarat Bom (BE).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência dos Senhores Vereadores José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), José Luís Bucho (CDU) e Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE),

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Solicitação de informação detalhada relativamente aos contratos celebrados pela Câmara Municipal e concursos de admissão de pessoal para os diferentes serviços municipais”, enviado para a Câmara Municipal em 05/03/2025, ainda não foi respondido.

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Solicitação de informação desagregada sobre despesas correntes executadas pela Câmara Municipal nos exercícios de 2021 a 2024” enviado para a Câmara Municipal em 09/05/2025, foi respondido em 06/06/2025.

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) de “Resposta no prazo de 3 dias ao requerimento n.º 15/XIII-4.º/CDU”, enviado para a Câmara Municipal em 29/05/2025, foi respondido em 06/06/2025.

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) de “Resposta urgente ao pedido de informação desagregada de despesas”, enviado para a Câmara Municipal em 25/06/2025, ainda não foi respondido.

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) sobre “Pedido de informações sobre a afetação de lugares de estacionamento para a Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos Almada-Seixal”, enviado para a Câmara Municipal em 24/04/2025, foi respondido em 23/05/2025.

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) sobre “Pedido de acesso a documentação sobre as medidas adotadas no Bairro de Penajóia”, enviado para a Câmara Municipal em 05/02/2025, ainda não foi respondido;

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) sobre “Acesso à documentação Relativa ao Protocolo e Aditamento celebrados com as promotoras dos loteamentos Quinta de São Simão e Quinta do Brejo e Carapinhas”, enviado para a Câmara Municipal em 09/05/2025, ainda não foi respondido;

4.3.8 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) sobre “A Frota Automóvel da Câmara Municipal de Almada e Entidades Participadas”, enviado para a Câmara Municipal em 23/05/2025, ainda não foi respondido;

4.3.9 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Construção do Centro de Bem-Estar Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 29/05/2025, foi respondido em 29/05/2025;



4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 66, 67, 68, e 69/XIII-4.º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes  
“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.1.1 – Usou ainda palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS), para um agradecimento à Associação de Coletividades do Concelho de Almada, Escolas do Desportivo da Cova da Piedade, pela oferta de um Livro “Movimento Associativo Almadense 1974-2024”.

Agradeceu ainda o Diretor da Escola Básica e Secundária Ruy Luís Gomes Professor Alípio Barros pela cedência das instalações para a realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Augusto Flor, Daniel Silva, Carlos Leal.

5.3 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 2.1 relativo às Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2025 – apresentação pelo Porta-Voz da AMJA.

6.1.1 – Usou da palavra o Porta-Voz da AMJA – Assembleia Municipal Jovem de Almada, Senhor Deputado Municipal Jovem Gabriel Dias.

6.1.2 – No Debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Marta Cortez Santos (PS), Luís Filipe Palma (CDU) a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.2 – Para apresentar declarações políticas e requerimentos usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Luís Filipe Palma (CDU), José António Rocha (BE).

6.2.1 – No debate usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), e o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.3 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usou da palavra o Senhor Deputado Municipal:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção sobre “Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos” (cf. Anexo 1);

6.4 – No debate sobre o documento apresentado usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Ana Margarida Lourenço (PS), António Pedro Maco (CDS-PP).

6.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:



6.5.1 – A Moção sobre “Criação do Cemitério Municipal de Animais Domésticos”, foi rejeitada por maioria com 15 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Matias encontrava-se fora da sala.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à Eleição de Cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;

7.1.1 – Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal a Proposta de Candidatura e Declaração de Aceitação da Cidadã Senhora Maria Carmen Nunes Rosa Ramos.

7.1.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS);

7.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por voto secreto, do ponto 3.1 relativo à “Eleição de cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ”, tendo-se verificado o seguinte resultado: 32 votos Sim e 4 brancos, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada elegeu, por voto secreto, a cidadã Maria Carmen Rosa Ramos, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (CPCJA) em representação da Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 17.º, alínea I), da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.*

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, relativo aos Relatórios de Comissões;

7.2.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS) para apresentar as Recomendações dos Relatórios de Comissões;

7.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Beatriz Leal Ferreira (PSD), José António Rocha (BE), Ana Margarida Lourenço (PS), a Senhora Vereadora Francisca Batista Parreira (PS), a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

7.2.2.1 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, do artigo 51.º do Regimento da Assembleia Municipal, usou o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

7.2.2.2 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS);

7.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das Recomendações do Relatório da reunião da 6.ª Comissão Permanente com o Conselho de Administração da Transtejo/Soflusa, foram aprovadas por unanimidade, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

##### **Recomendações da 6ª Comissão Permanente**

Tendo em conta os elementos apurados durante a reunião realizada com o Conselho de Administração da TTSL – Transtejo Soflusa, e considerando a relevância do serviço público de transporte fluvial para a mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, entende-se propor as seguintes recomendações à Câmara Municipal de Almada:



1. Que a Câmara Municipal de Almada mantenha a estreita comunicação com a administração da TTSL – Transtejo Soflusa com vista à resolução célere da situação relativa à realocação do Clube Náutico de Almada, de modo a desbloquear as obras de adaptação da estação de carga.

2. Que a Câmara Municipal, em articulação com os restantes municípios da margem sul, reforce a exigência de um serviço fluvial robusto, eficiente e seguro, com especial enfoque no reforço das ligações Cacilhas - Cais do Sodré, bem como na avaliação da viabilidade de futuras ligações, eventualmente, à zona do Parque das Nações.

7.2.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das Recomendações do Relatório da reunião da Comissão Eventual para o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2.º Torrão, tendo sido aprovadas por maioria, com 19 votos a favor sendo 11 votos dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, através da seguinte:

#### DELIBERAÇÃO

Recomendações da Comissão Eventual para o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2º Torrão

Em face ao exposto, recomenda-se à CMA que sejam adotadas as seguintes medidas:

1. Especificar o procedimento de realojamento de emergência no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil

Recomenda-se que sejam detalhadas as operações a desenvolver em caso de situações de realojamento de emergência, com definição clara de procedimentos, entidades envolvidas e critérios operacionais. Este plano deve obrigatoriamente garantir:

- a. A informação prévia, clara e atempada às famílias abrangidas, com calendário detalhado das ações, justificação das intervenções e explicação dos procedimentos envolvidos.
- b. A realização das ações de desalojamento em horário diurno, evitando condições meteorológicas adversas e, sempre que possível, fora do período escolar.
- c. A identificação visível dos funcionários municipais envolvidos, permitindo às famílias saber com quem estão a interagir.
- d. O transporte das pessoas e dos seus bens, de forma organizada e com destino a locais com condições adequadas de habitabilidade, mesmo que de forma temporária.
- e. O reforço da vigilância e inspeção periódica sobre infraestruturas críticas (valas de drenagem, taludes, coberturas subterrâneas), particularmente em zonas urbanas informais, com registo centralizado dos alertas e das intervenções realizadas.

2. Articulação com entidades da sociedade civil e do setor social

Deve procurar a formalização de acordos de articulação com associações locais, instituições sociais, ordens profissionais e organizações de direitos humanos, garantindo que:

- a. As famílias abrangidas tenham acesso a apoio jurídico gratuito e informado, permitindo esclarecer dúvidas e assegurar os seus direitos.
- b. Sejam envolvidas entidades especializadas no apoio a grupos vulneráveis, como crianças, idosos ou pessoas com problemas de saúde mental.
- c. As soluções de habitação alternativa considerem a manutenção da ligação das pessoas aos seus locais de vida, assegurando o acesso a transportes públicos, escolas, creches, serviços de saúde e apoios sociais.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 3. Criação de um registo centralizado e atualizado de zonas de risco urbano

Sugere-se a criação de um inventário municipal de infraestruturas críticas e zonas de risco habitacional ou ambiental, sujeito a atualização anual e partilhado com as Juntas de Freguesia, Proteção Civil e demais entidades relevantes. Este instrumento deve ser público e alimentar as decisões estratégicas sobre planeamento urbano e prevenção de risco.

4. Reforço dos mecanismos de fiscalização e prevenção da construção ilegal A fiscalização municipal deve ser significativamente reforçada, com meios humanos e técnicos adequados, para evitar o surgimento de novas construções ilegais junto à vala do 2º Torrão e noutras zonas críticas do concelho.

Deve ainda ser promovida uma revisão dos procedimentos relativos a ações de despejo, garantindo que estes respeitam integralmente os direitos constitucionais das pessoas e famílias abrangidas, nomeadamente o direito à habitação condigna.

A autarquia deverá ponderar a criação de um procedimento de auditoria interna sempre que forem identificadas falhas graves de comunicação entre os serviços técnicos e os órgãos executivo.

5. Compromisso com uma abordagem humanizada e participativa toda a ação municipal em processos de desocupação ou realojamento deve obedecer aos princípios de humanidade, legalidade e inclusão.

a. A utilização da força deve ser evitada ao máximo.

b. A comunicação com os moradores deve ser constante, transparente e baseada no diálogo.

c. Os processos devem ser conduzidos de forma planeada, com tempo adequado para preparação técnica e social, evitando atuações precipitadas.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H47, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 26 de junho de 2025, pelas 21H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), dos/as Senhores/as Vereadores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Débora Rodrigues (BE), Gabriel Rosa (PS), António Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU), Miguel Salvado (PSD) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1.º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2.ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

8.



**CDS-Partido Popular**

Assembleia Municipal de Almada

**MOÇÃO**  
**CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS**

Ao longo dos últimos anos muito se tem contribuído através de nova legislação e de consciencialização para a responsabilidade aos mais variados níveis, no que diz respeito aos deveres da sociedade para com os animais, nomeadamente para com os animais domésticos e de companhia.

O aprofundamento dessa responsabilidade deixa ao ser humano a tarefa de criar e de salvaguardar que os animais de companhia possam viver com dignidade, com condições adequadas às suas necessidades ao nível da saúde, da alimentação, dos cuidados de higiene e no carinho e afecto que qualquer animal doméstico e de companhia deve ter como garantido.

Quer o Estado quer as autarquias, têm tido um papel fundamental no que concerne ao bem-estar animal, manifestado através de políticas, medidas e regulamentos em benefício e direccionadas para os animais, atribuindo-lhes mais dignidade e qualidade de vida.

Os apoios manifestados em melhoramentos de canis municipais, no incentivo à adopção e famílias de acolhimento, nos cheques-veterinários, nos benefícios fiscais, na criação de equipas e voluntários direccionadas para os animais, no aumento das esterilizações, no controlo de matilhas e demais benefícios que vão ao encontro de uma nova forma de olhar para os animais domésticos e de companhia, fazem parte de muitos investimentos quer ao nível dos municípios quer do Estado central, e que muito têm contribuído para melhorar a relação que a sociedade tem para com os animais, não esquecendo a importância das inúmeras associações que trabalham todos os dias no terreno.

Tal como na vicissitude da vida humana, a morte de um animal doméstico é muitas das vezes, encarada com enorme sofrimento e desolação, tendo em consideração a afeição que os animais de companhia criam junto dos seus donos e das suas famílias.

Desta feita, a dignidade do animal doméstico de companhia deve ir muito mais além da sua relação em vida com os seus donos e com a comunidade. Devem assim, serem pensados mecanismos muito mais que o simples depósito dos animais unicamente para incineração, a fim do cumprimento das regras de saúde pública.

Em alternativa ao método convencional quando os animais chegam ao fim de vida, já se contam em Portugal, alguns cemitérios para animais domésticos criados com a finalidade do sepultamento e prestação de homenagem e culto por parte dos seus donos, o que caracteriza bem a relação de afinidade e de respeito da comunidade quer pela vida quer pela morte animal.

2.

A criação do cemitério para animais domésticos e de companhia é uma solução a encontrar para quem pretenda prestar o respectivo culto mediante taxa municipal devida a aplicar, onde os seus donos depositam o seu animal para sua inumação, na sua última morada.

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 25 e 26 de Junho de 2025 em sessão ordinária, na localidade do Laranjeiro, **delibera recomendar à câmara municipal a criação do cemitério municipal para animais domésticos de companhia fortalecendo a dignidade dos animais desde o início da sua vida até à sua morte.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

Laranjeiro, 25 de Junho de 2025

<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA</b>	
Reunião	/ /20
ANEXO Nº	ATA Nº